

3
4 **Ata da 102ª Plenária do Conselho Municipal de**
5 **Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**
6

7 Aos quatorze de março de 2007, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua Eurita, 587 –
8 Bairro Santa Tereza, foi iniciada a 102ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência
9 Social – CMAS/BH. A presidente Sandra Regina Ferreira Barbosa iniciou a reunião fazendo a leitura
10 das justificativas de ausências dos seguintes conselheiros: Luiz Fernando de Abreu Xavier e Mirtes
11 Pereira Lopes. Logo após, Sandra solicitou que fossem apresentados os destaques para as
12 alterações na ata. Discutidas as modificações e correções apresentadas pelos conselheiros presentes
13 com relação a Ata da 101ª Plenária, a mesma foi colocada em votação e aprovada com 22 votos. Em
14 seguida, Sandra Regina apresentou os pontos de pauta: 1) Posse dos Conselheiros Municipais de
15 Assistência Social; 2) Realização da VII Conferência Municipal de Assistência Social com proposta de
16 data para os dias 13, 14 e 15 de julho – Criação da Comissão Organizadora da Conferência; 3)
17 Discutir Mensagens e Comunicados da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social –
18 Comissão de Financiamento. Sandra informou que a Comissão de financiamento solicitou a inversão
19 do ponto de pauta, passando a discussão das Mensagens e Comunicados para o segundo ponto,
20 tendo em vista que são questões para serem discutidas e aprovadas, ficando os informes sobre a
21 realização da VII Conferência para o último ponto de pauta. Sandra consultou aos conselheiros
22 presentes e todos concordaram. Em seguida, deu boas vindas aos novos conselheiros e agradeceu a
23 presença de todos, desejando-os muita força, energia e coragem. Logo, Sandra passou para o
24 primeiro ponto de pauta esclarecendo sobre a posse dos conselheiros. Informou que a Mesa Diretora
25 programou e tirou a data da posse dos novos conselheiros e a conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga,
26 disparou o processo na Secretaria e agendou a data com o Prefeito. No entanto, na sexta-feira, dia 23
27 de fevereiro a Procuradoria Geral do Município emitiu um parecer desfavorável à posse com data
28 prevista para o dia 27 de fevereiro, uma vez que o mandato dos atuais conselheiros tem vigência até
29 maio, ou seja, de dois anos como consta na lei que cria o Conselho. Disse que um dispositivo
30 pensado foi de que os conselheiros atuais renunciassem o restante do mandato, para que a posse
31 fosse dada no dia 27 de fevereiro. Foi feita essa tentativa através de telefonemas, contatos de várias
32 formas no sentido de que a renúncia acontecesse, mas não houve tempo hábil, já que isso ocorreu na
33 segunda-feira dia 26 de fevereiro e, também, houve alguns conselheiros que não concordaram em
34 fazer a renúncia. Contudo, a Mesa diretora junto com a SMAAS decidiram cancelar a posse,
35 respeitando a lei. Sandra informou que a advogada não pode estar presente nessa plenária para
36 prestar esclarecimentos do ponto de vista jurídico, mas o que foi colocado é que o Conselho para
37 voltar com a posse para o mês de fevereiro terá que pensar uma proposta de mudança na Lei,
38 inclusive os conselheiros que tomarão posse em maio deste ano, terão que ir com o mandato
39 obrigatoriamente até maio de 2009, conforme o que consta em lei. Sandra finalizou dizendo que faltou
40 um pouco de atenção do Conselho e da Secretaria e que a bem tempo o Conselho tem solicitado um
41 advogado, pois há muitos equívocos que o Conselho comete por este motivo. A conselheira Jurema
42 Luzia Ribeiro Pereira, perguntou se a proposta de modificação da lei seria de redução de prazo.
43 Sandra explicou que para o Conselho voltar com a posse em fevereiro terá que fazer uma mudança
44 na lei, uma vez que esta consta que o mandato é de dois anos. Caso seja consenso do novo
45 Conselho, ele deverá pactuar para que ocorra a mudança na lei voltando a data da posse para
46 fevereiro novamente. A nova conselheira, Andréia Coelho Moura, questionou se esta mudança na lei

47 não prejudicaria o mandato dos novos conselheiros. A conselheira Léa esclareceu que o conselho
48 vem tomando posse em fevereiro e cumprindo o mandato de 24 meses. Porém, em 2005, a posse
49 deste Conselho que está em vigor não aconteceu em fevereiro e sim em maio, com isso, está
50 garantido o mandato deste Conselho até 6 de maio deste ano, a não ser que haja a renúncia de cada
51 um dos conselheiros. Disse que até 2009 o mandato será igual ao do atual Conselho. Se neste
52 período houver o entendimento que é interessante voltar a posse para fevereiro, a única alternativa
53 será a alteração na legislação e essa é uma discussão para o Conselho que vai assumir fazer nos
54 próximos meses. Léa colocou que a questão a ser apontada é sobre o calendário das Conferências
55 Municipais que normalmente é até junho ou julho. Ressaltou que o Conselho tomando posse em maio
56 para realizar uma Conferência do porte que é em Belo Horizonte é muito difícil. Uma outra questão
57 apontada pela conselheira foi sobre os avanços constatados na dinâmica, nos trabalhos do Conselho
58 e que a legislação de 1997 já não mais está dando conta de tudo. A exemplo disso, citou as
59 Comissões de trabalho que tem um papel fundamental de acumular discussão e trazer uma proposta
60 já construída para a plenária. Disse que estas Comissões não estão previstas em lei e nem no
61 regimento interno. Léa chamou a atenção para que os conselheiros avaliem bem os 24 meses de
62 mandato, avaliem as questões relacionadas com a dinâmica do Conselho e se modificará ou não a
63 legislação. Finalizou informando sobre a reunião entre a SMAAS, Secretaria Executiva do Conselho,
64 Sandra, a conselheira Darci Maria de Souza Vilaça e a advogada Maria Beatriz Fazito para prestar os
65 esclarecimentos sobre o adiamento da posse. Sandra acrescentou que na reunião informada por Léa
66 foi concensuado 5 pontos: manter o mandato atual até 6 de maio; discutir e reconhecer o equívoco da
67 tentativa de renúncia de cada conselheiro; dar os esclarecimentos necessários aos conselheiros;
68 manter as duas próximas plenárias conjuntas com os novos conselheiros e elaborar uma proposta de
69 capacitação para os novos conselheiros que será realizada antes da posse. Informou que a Mesa
70 Diretora está pensando nessa proposta de capacitação para apresentar ao Conselho na próxima
71 plenária. Em seguida, Sandra passou para o 2º ponto de pauta: Discutir Mensagens e Comunicados
72 da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Sandra chamou a representante da Comissão
73 de Financiamento, a conselheira Nelly Costa Bittencourt para apresentar as propostas discutidas na
74 Comissão para as mensagens. A conselheira Nelly disse que foram apresentadas as mensagens de
75 abertura de conveniamento de entidades e a Comissão achou por bem não aprovar e deixar para que
76 a plenária resolvesse. Primeiro porque existiam coisas que já haviam sido acordadas anteriormente e
77 que não estavam sendo cumpridas pela Secretaria. A Comissão, então, resolveu trazer essa questão
78 novamente para a plenária para que todos tomassem conhecimento. Disse ainda que o Conselho
79 estava sendo atropelado como sempre e achou por bem que o Conselho tomasse atitude, pois a
80 Comissão não sentiu a vontade para aprovar. A conselheira Darci esclareceu que não cabe à
81 Comissão de Financiamento aprovar as mensagens. Disse que as mensagens foram discutidas e a
82 Comissão estava esvaziada com a presença de apenas três conselheiros: Nelly, José Carlos e ela.
83 Ressaltou que de fato a Comissão não fechou um posicionamento para que fosse apresentado à
84 plenária. Disse que foi colocado para a Comissão que a secretaria fez um levantamento de todos os
85 convênios que ela tem e com isso, viu-se a necessidade de regularizar alguns convênios junto ao
86 conselho. Saliu que era com muita transparência que a Secretaria vinha trazer essas mensagens
87 ao Conselho para fazer a correção e regularizar essas questões. Finalizou dizendo que cada gerência
88 apresentaria as mensagens e colocaria para a discussão perante a plenária. A conselheira Léa fez
89 algumas colocações referentes à fala da conselheira Darci. Disse que quando se fala em regularizar,
90 não estão falando sobre norma e sim em qualificar a relação da gestão e da execução dos recursos
91 com o Conselho. Colocou que tanto ela quanto a Darci não só respondem pela gestão e execução
92 dos serviços, mas também são responsáveis em levar para a Secretaria as discussões que são feitas

93 no Conselho, do ponto de vista de aperfeiçoar, reconhecer o que está errado e trabalhar na
94 perspectiva de qualificar cada vez mais esse processo. Léa disse que no final do ano passado a
95 Secretaria fez um levantamento interno de todos os convênios firmados a partir da Lei de Parcerias
96 que vinham sendo renovados e que muitas vezes não voltavam no Conselho. Informou que o que
97 seria apresentado naquele momento era uma lista de convênios que a Secretaria de Assistência
98 Social faz com as entidades para executar os serviços e que estes convênios tinham uma validade
99 que já estaria vencendo e precisariam ser renovados. Ressaltou que não seria apenas nessa
100 plenária, mas também na próxima, outros convênios estarão sendo apresentados de acordo com o
101 tempo de vigência. Léa disse ainda que não é a Secretaria que coloca as questões de forma a causar
102 surpresas a este Conselho, uma vez que ela também lida com prazos e a renovação de um convênio
103 pressupõe uma etapa interna dentro da Secretaria e outra externa, em outros órgãos da Prefeitura,
104 isso para que quando chegar no determinado mês o convênio seja renovado e o serviço não seja
105 interrompido. Finalizou destacando que é nessa perspectiva que a Secretaria vai trazer os projetos
106 em execução que estão finalizando a vigência e que a mesma pretende continuar e nesse sentido
107 cabe ao Conselho avaliar a implementação e dizer da continuidade ou não do serviço. Logo após,
108 Sandra chamou a representante da Secretaria, Lúcia Elena Santos J. Rodrigues, para apresentar a
109 mensagem 002/07 de abertura de conveniamento de entidades sociais para atendimento a
110 adolescentes em cumprimento das medidas sócio-educativas de Prestação de Serviço à Comunidade
111 e Liberdade Assistida. Sandra fez a leitura da Mensagem e em seguida passou a palavra para Lúcia
112 Elena. Lúcia Elena se apresentou como responsável pela Gerência de Coordenação de Medidas
113 Sócio-Educativas e como Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
114 – CMDCA e relatou sobre a execução destes serviços destacando o seguinte: Em 1998 por decisão
115 do Prefeito Célio de castro, o município assumiu provisoriamente uma unidade de privação de
116 liberdade, o CEAD localizado na região do Barreiro, por solicitação do Juizado da Infância e da
117 Juventude. Como a privação de liberdade não é atribuição do município, houve uma discussão dentro
118 do governo de que até poderia dar essa resposta emergencial à cidade desde que o município
119 assumisse, também, a implantação das medidas sócio-educativas em meio aberto, estas sim, sendo
120 de responsabilidade do município. No mesmo ano foi implantado o Liberdade Assistida. A discussão
121 feita nos dois Conselhos CMDCA e CMAS, na época, era que como o aporte de recursos para o
122 CEAD era significativo, o acordo firmado foi que quando o Estado reassumisse o Centro de Privação
123 de liberdade, o município destinaria o recurso integral para a implantação da medida de Prestação de
124 Serviço à Comunidade - PSC. O tempo provisório com o Estado durou 6 anos e quando as
125 negociações com o Estado avançaram a Gerência começou a formular o projeto do serviço de PSC.
126 Lúcia Elena lembrou que quando a devolução do serviço ao Estado se concretizou, a Secretaria
127 apresentou na Comissão de Financiamento do CMAS a proposta de usar os recursos aplicados no
128 CEAD, que eram mais de R\$60.000,00 (sessenta mil reais/mês) na execução do novo serviço de
129 PSC. Disse que foi elaborada e publicada uma instrução normativa e o serviço foi apresentado em
130 plenária, sua metodologia, os custos e foi aprovado por este Conselho. Destacou que desde 1998, a
131 Secretaria tinha uma importante parceria com Pastoral do Menor, tanto pela trajetória quanto pelo
132 acúmulo metodológico que permitiu a Pastoral assumir em outros pontos do Estado a metodologia do
133 Liberdade Assistida. Foi uma construção que tornou o serviço da Liberdade Assistida uma referência
134 nacional utilizado por outros Conselhos e muito do que foi construído aqui em Minas está no
135 documento do CONANDA que foi aprovado no ano passado, o Sistema Nacional de
136 Acompanhamento Sócio-Educativo. Lúcia Elena disse que em janeiro de 2006, em mais um processo
137 de renovação da parceria com a Providência Nossa Senhora da Conceição, que é a razão social das
138 Pastorais, a Secretaria foi informada que não poderia mais concretizar a renovação e o convênio

139 terminava em 28 de fevereiro. A Secretaria junto com a Pastoral apostavam numa solução dentro da
140 Providência para que a parceria fosse mantida, porém de fato não se efetivou e a Secretaria ficou
141 com um prazo muito curto. Informou que nesse período a Secretária fez algumas consultas formais a
142 algumas instituições na busca de garantir a continuidade dos serviços, uma vez que hoje são 720
143 adolescentes atendidos no Liberdade Assistida e 540 no PSC e trinta técnicos contatados e quatro
144 servidores no Liberdade Assistida. É uma ação que não pode ser interrompida, pois estão cumprindo
145 uma determinação judicial. Nessa busca a Secretaria fez uma proposta que foi aceita pela AMAS que
146 venceu em março deste ano e foi prorrogado por mais 90 dias por causa da questão da posse do
147 CMAS e com isso, não havia tempo hábil para fazer o encaminhamento para o chamamento público.
148 Lúcia Elena disse que a Secretaria trouxe a mensagem para que após a aprovação fosse realizado o
149 chamamento público com os valores já lido pela Sandra. Os valores se referem ao pagamento de
150 pessoal e encargos, as outras ações com os adolescentes são realizadas dentro da perspectiva da
151 incompletude institucional, trabalhando intersetorialmente com as demais políticas, com parcerias
152 com a sociedade civil e com serviços mantidos pelo próprio município. Concluiu dizendo que é
153 garantido ao adolescente o vale-social para o acesso ao serviço nos programas e este recurso não
154 está incluído no montante indicado na mensagem. É a Secretaria que compra e repassa os vales para
155 os adolescentes. Em seguida, Sandra abriu para algumas intervenções. O conselheiro Mário Delavy
156 complementou a fala da Lúcia Elena ressaltando que parte da discussão que a Providência tinha é
157 que esse serviço (Liberdade Assistida e PSC) por participar efetivamente da gestão municipal deveria
158 ser feito por funcionários públicos e essa é uma discussão que o Conselho tem pautado no dia a dia.
159 Outra questão colocada pelo conselheiro foi com relação ao prazo pelo qual o município não passou
160 para o chamamento público. Mário relatou que em junho de 2004, quando venceu o convênio, a
161 Providência através de sua pessoa comunicou à Secretaria que não gostariam de estar na condição
162 de serem meramente mão-de-obra terceirizada e deram um prazo de um ano que encerrou em 2005
163 e o município não mexeu uma vírgula se quer, apostando na continuidade desta relação. Disse que
164 com isso, foi feito um novo contato com a presidência da instituição prorrogando o prazo por mais 3
165 meses para que o município se adequasse a esta nova exigência, uma relação mais ética com a
166 sociedade e com a administração pública. Novamente, o município pediu mais 8 meses para fazer o
167 processo de credenciamento de uma nova entidade ou o concurso público pelo qual todos prezavam
168 naquele momento. A conselheira Edna Lúcia do Carmo de Andrade fez alguns questionamentos:
169 Primeiro, se essa 1ª mensagem apresentada era para validar um processo que já vinha ocorrendo em
170 época anterior, pois fala de escolha de entidade e foi citado a AMAS e se era correto o primeiro
171 chamamento não ter vindo para o Conselho aprovar como foi colocado por Mário. Questionou
172 também sobre a prorrogação que deveria ter passado pela aprovação do Conselho e isso não
173 aconteceu; se a escolha da entidade seria para começar a trabalhar depois do vencimento de 1º de
174 junho e se o recurso era para a entidade que estava vigorando no momento. A conselheira Nelly fez
175 uma observação quanto à colocação feita por Lúcia Elena: "... nós resolvemos...". Disse que a AMAS
176 não pode resolver nada sozinha, ela por si só não faz a participação do Conselho. Questionou sobre
177 as pessoas contratadas pela AMAS para executar os serviços e como era feita essa contratação, uma
178 vez que via isso como uma prepotência tanto do município, quanto da Secretaria e da AMAS. Sandra
179 colocou que o Conselho estava diante de uma situação complicada e que apresentava uma
180 irregularidade, já que havia sido apontado por um conselheiro, que não foi comunicado ao Conselho a
181 mudança da Providência para a AMAS. Disse que não poderia deixar de registrar o equívoco tanto da
182 Secretaria quanto do Conselho de acompanhar mais de perto esses trabalhos, pois as coisas estão
183 sendo atropeladas e justificativas no sentido de garantir o serviço em tempo hábil, não são muito
184 raras no Conselho. A palavra foi passada para Lúcia Elena que sobre as colocações do conselheiro

185 Mário disse que não havia acordo entre a coordenação da Pastoral e o posicionamento da
186 Providência em relação à manutenção ou não do serviço executado pela Pastoral do Menor. Informou
187 que as gestões e busca da manutenção do convênio foram acompanhadas pela coordenação da
188 Pastoral e que a mesma, até na última reunião, tentou manter os serviços no âmbito da Providência.
189 Sobre a expressão “resolvemos” questionada pela conselheira Nelly, disse que quando a usou no
190 plural foi se referindo a equipe de gestão da Secretaria que mediante ao tempo não se colocava
191 possível à manutenção do serviço, visto que todos os técnicos seriam demitidos no prazo de 28 dias
192 em fevereiro. Com relação às pessoas contratadas, informou que elas estão trabalhando no serviço
193 desde 1998, já pertenciam ao quadro desde a época do convênio com a Providência. Já o fato de ser
194 servidor ou não, disse que quando o serviço foi criado alguns servidores se interessaram pela
195 proposta do serviço e quiseram participar, porém não permaneceram. Ressaltou que para alguns
196 serviços que lidam com alto grau de tencionamento e violência é necessário um perfil e uma formação
197 técnica muito específica. Sobre os critérios para a escolha da entidade disse que a Secretaria tem
198 alguns critérios a serem respeitados que é a resolução 045 do CMDCA, o SINASE que é um
199 documento do CONANDA e o ECA. Outros critérios são de capacidade gerencial, tendo em vista o
200 volume de recursos e a equipe de técnicos que não é muito pequena. Concluiu dizendo que será
201 analisada a experiência da entidade que se candidatar, ou seja, se não tiver um trabalho na área de
202 medidas sócio-educativas, que tenha um trabalho com adolescentes de alto risco para que seja
203 garantida a continuidade dos serviços. Em seguida, Sandra passou a palavra para o Promotor Celso
204 Penna Fernandes que prestou esclarecimentos sobre a prestação de serviço do Liberdade Assistida e
205 do PSC. Disse que no início do ano a Promotoria oficiou a Secretaria no sentido de começar uma
206 investigação e uma análise do Liberdade Assistida e do PSC e que sua intenção é também, analisar e
207 avaliar a Política de Assistência Social como um todo. Informou que hoje teve uma reunião com os
208 colegas da Promotoria da Defesa do Patrimônio Público junto com o Secretário da Defesa Social e a
209 Secretaria de Planejamento do Estado para finalizar um termo de ajustamento de conduta para que o
210 Estado realize o concurso público para os agentes sócio-educativos visando a garantia da
211 continuidade dos serviços, uma vez que o Estado presta uma parte do serviço que envolve as
212 medidas sócio-educativas. Ressaltou que a promotoria fará uma análise da situação do município
213 para ver se há alguma ilegalidade, caso haja vai tentar fazer o mesmo que tem feito com o Estado,
214 caso contrário entrará com uma ação judicial. Finalizou dizendo que informará ao Conselho qualquer
215 resultado que a promotoria chegar. A conselheira Maria Aparecida Bayão se manifestou dizendo que
216 como em qualquer unidade ou entidade a preocupação de quem está saindo é deixar uma prestação
217 organizada e limpa e isso a Secretaria estava devendo ao Conselho. Colocou que o recurso que vai
218 para a AMAS é muito alto e o trabalho que a entidade realiza com os adolescentes teria que ser
219 revisto pelo Conselho e pela Secretaria, pois quando eles completam 18 anos não conseguem ser
220 inseridos adequadamente no mercado de trabalho por falta de qualificação. Destacou que durante a
221 semana foi discutido a NOB-RH pela Comissão de RH e como o promotor falou, é lei nacional, toda a
222 pessoa que trabalhar na Assistência Social, que trabalhe com criança e adolescente deverá passar
223 pelo concurso público. Concluiu dizendo que como a plenária estava cheia era o momento de fazer
224 essa cobrança, para os novos conselheiros não aceitarem as coisas que ainda não estão concluídas.
225 Logo após, Mônica Tófani pediu a palavra. Disse que enquanto nova conselheira, acha que o
226 Conselho tem um “para casa” no sentido de que se aprofunde, nas discussões da Comissão de
227 Financiamento, quais os convênios em parceria que estão com irregularidades jurídicas. Ressaltou
228 que em 1997 quando a Lei de Parcerias foi publicada e depois o decreto em 2000 que regulamenta a
229 forma de relação de prestação de contas dos convênios, apesar do Conselho ter a Comissão de
230 Normas, havia muitos equívocos e vácuos de como proceder na emissão das mensagens que eram

231 publicadas e entendidas como chamamento. Disse que foi em 2004, quando o Conselho atuou e
232 normatizou através de resolução a função de remanejamento que não justificaria chamamentos
233 quando fosse para execução de uma mesma modalidade. Enfatizou que havia mal entendidos do
234 tempo da promulgação da Lei , da regulamentação pelo Decreto e da “digestão” dessas leis no
235 Conselho e com o gestor. Ressaltou que entra no Conselho com a garantia de que o serviço está
236 sendo executado e o usuário está sendo atendido e a promotoria terá a clareza disto. Com relação a
237 Recursos Humanos, Mônica disse que a NOB-RH é recente, mas defende que tem funções
238 estratégicas de atendimento que tem que ser cargo mesmo, a exemplo disso, citou a supervisão.
239 Disse que deveria se aprofundar em quais seriam as estratégias para curto, médio e longo prazo,
240 porque a Secretaria não tem recurso para fazer o concurso público para tudo, terá que priorizar as
241 áreas estratégicas. Mônica concluiu dizendo que o recurso de subvenção pode ser usado no custeio
242 de pessoal e material de consumo, só não pode ser gasto com material permanente. A conselheira
243 Vanessa Vilarreal Nascimento em resposta à Cida Bayão, lembrou que em uma das últimas plenárias
244 houve a prestação de contas da AMAS, inclusive dos projetos executados com a subvenção. Disse
245 que a prestação de contas de todos os convênios que a Secretaria tem foi feita no ano passado.
246 Colocou que a AMAS se dispôs em apresentar qualquer prestação de contas desde que o Conselho a
247 requisitasse e pelo que consta até o momento não havia chegado nenhuma notificação para a AMAS,
248 presume-se então, que a prestação dada está aprovada. Sandra ressaltou que a AMAS apresentou a
249 prestação de contas no Conselho, mas ficou o indicativo de que ela não trouxe a prestação que os
250 conselheiros pensavam que deveria ser dada. A prestação de contas foi parcial e o Conselho quer
251 uma mais detalhada. Disse que esse assunto será retomado mais adiante e o Conselho tem uma
252 proposta de na capacitação para os novos conselheiros repassar os assuntos pendentes. Sandra
253 concluiu dizendo que todos os conselheiros ficaram muito inseguros para votar, pelo fato de existir
254 uma irregularidade e o que vão votar nesse momento é para frente, é a continuidade dos trabalhos,
255 então todos votarão com este sentimento e a aprovação ou não ficará a critério dos conselheiros. Em
256 seguida, Léa disse que se tivesse alguma coisa irregular ou ilegal, o Tribunal de Contas apontaria
257 para a Prefeitura. Colocou que a Secretaria tem limites e dificuldades em ter todos os profissionais
258 necessários. Lembrou que o município está em gestão plena na Política de Assistência Social, o que
259 dá a ele algumas autonomias. Disse que o que está sendo acertado e pactuado é que nenhuma ação
260 seja feita sem passar pelo Conselho. Destacou que o que está sendo apresentado é a proposta de
261 abertura de um chamamento público para as entidades executarem os serviços e não ter esse
262 encaminhamento significa suspender o atendimento no município. Léa disse que o recurso para a
263 execução destes serviços está alocado no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,
264 portanto, a prestação de contas das medidas sócio-educativas é feita no CMDCA e isso é outra pauta
265 para o CMAS discutir. Finalizou dizendo que o Conselho tem que acertar cada vez mais a relação do
266 financiamento da Criança e do Adolescente com a Assistência Social. Logo após, Lúcia Elena
267 reforçou a fala da Léa e informou que a Secretaria já recebeu a correspondência do Ministério
268 Público, conforme o promotor já havia dito. Acrescentou que a equipe de profissionais envolvidos no
269 Liberdade Assistida e no PSC é grande, são mais de 50 técnicos altamente qualificados e que vem
270 sendo preparados e formados ao longo destes anos. Disse que o montante que está explícito na
271 mensagem é o valor que dividido dá parcelas em torno de 140 mil/mês que são gastos integralmente
272 com a folha de pessoal. Finalizou enfatizando a importância dos serviços e se colocou a disposição
273 dos conselheiros para uma apresentação mais detalhada quando o Conselho julgar oportuno. A
274 conselheira Kátia Rochael Rodrigues pediu a palavra. Disse que uma das questões que essa
275 discussão traz a tona é a questão da Política de Recursos Humanos vinculada à Política de
276 Assistência Social. Lembrou que o Conselho já fez algumas discussões sobre a NOB-RH e a

277 Secretaria apresentou no Conselho as suas formas e seus regimes de contratação. Kátia propôs que
278 num momento oportuno, o próximo Conselho pautasse uma discussão sobre os impactos que a nova
279 NOB-RH traz sobre os regimes de contratação da Política de Assistência Social, pois a NOB deve
280 trazer impactos importantes e o Conselho deveria tratar disso. A nova conselheira Andréia disse que
281 as discussões estão um tanto confuso e ouviu comentários de que alguns dos novos conselheiros
282 estão assustados. Ressaltou que são leis, programas e uma série de coisas para os novos
283 conselheiros e com isso, eles podem sair com a cabeça cheia e não voltar mais. Sandra esclareceu
284 que quando o Conselho chamou a todos para a plenária conjunta, não foi com intenção de deixar
285 ninguém confuso, até porque há uma proposta de capacitação para os conselheiros antes da posse,
286 embora cada plenária seja uma capacitação em serviço, como Léa colocou. Acrescentou que quando
287 ela falou em irregularidade, ela apontou o Conselho e a Secretaria, tanto nas questões dos
288 procedimentos quanto nos aspectos políticos, pois o Conselho não foi comunicado sobre a transição
289 desse convênio para a AMAS e não há uma Comissão para acompanhar esses trabalhos na
290 Secretaria. Lembrou que o Tribunal de contas da União encaminhou ao Conselho um documento
291 buscando informação de como está sendo feita a fiscalização dos recursos que são alocados no
292 Fundo, tanto da execução direta quanto dos recursos repassados às entidades prestadoras de
293 serviços. Disse que o Tribunal analisará as informações para saber se o Conselho está cumprindo
294 seu papel. Sandra chamou a atenção do Conselho que se coloca como reativo, se manifestando e
295 pronunciando apenas quando há uma provocação. Insistiu dizendo que houve irregularidade e que o
296 conselho não está acompanhando outros procedimentos. Sandra concluiu dizendo que o Conselho é
297 falho em seu caráter de fiscalização e no caráter deliberativo e isso tem que ser mais aprofundado. A
298 mensagem 002/2007 foi colocada em votação, sendo aprovada com 22 votos a favor e 4 abstenções.
299 Na seqüência, Sandra fez a leitura da mensagem 003/2007 que trata do atendimento a adolescentes,
300 em cumprimento de medidas sócio-educativas, através de oficinas de arte – Projeto Arte-Livre. Após
301 a leitura Lúcia Elena foi chamada novamente para fazer a apresentação do serviço. Lúcia Elena
302 informou que a Secretaria Especial de Direitos Humanos que opera o Fundo Nacional da Criança e do
303 Adolescente entrou em contato com a Secretaria informando que havia um saldo de recurso e
304 perguntou se teriam algum projeto para desenvolver que viesse ajudar na inclusão de jovens. Colocou
305 que considerando a dificuldade de acesso e a permanência dos adolescentes em conflito com a lei
306 nos projetos da cultura, a Secretaria viu neste projeto uma boa oportunidade para um trabalho em
307 conjunto com a Fundação Mineira de Cultura, para que juntos trabalhassem uma proposta de
308 metodologia para o atendimento desse adolescente em conflito com a lei. Disse que a Fundação de
309 Cultura apresentou a proposta de oficinas que se realizarão no Miguilim Cultural. Ressaltou que o
310 objetivo final desse projeto é que esta metodologia seja apropriada pelo corpo da Fundação que
311 efetivamente acompanhará a execução, para que a partir daí possam intensificar a circulação dos
312 adolescentes nas atividades de cultura nas comunidades. Disse que foi constituída uma comissão
313 interministerial para a implantação do SINASE para que o princípio de incompletude institucional
314 previsto pelo ECA seja cumprido, com isso, a Fundação Mineira de cultura já está buscando meios de
315 se informar e candidatar a recursos que venham desta articulação nacional para a implementação de
316 medidas sócio-educativas para que amplie a oferta de oficinas na área da cultura aos adolescentes
317 em conflito com a lei. Concluiu dizendo que licitação contempla o pagamento dos oficinairos, de um
318 coordenador que acompanhará de perto o desenvolvimento da metodologia e de dois supervisores da
319 área artística. O vale-social e os equipamentos utilizados na música, audiovisual, equipamentos de
320 circo que são considerados equipamentos permanentes serão adquiridos pela SMAAS. Em seguida,
321 Sandra fez algumas considerações a respeito do acordo direto com a Cultura e solicitou que o Projeto
322 fosse encaminhado ao Conselho. A mensagem 003/2007 foi colocada em votação e aprovada com 21

323 votos. A terceira mensagem 004/2007 que trata de escolha de entidade para o atendimento à
324 população de rua adulta, foi apresentada e discutida, porém não foi votada por falta de quorum.
325 Quanto a esta questão, a conselheira Léa lembrou que em outra vez a Secretaria encaminhou uma
326 mensagem ao Conselho, ela não foi aprovada, o convênio não foi renovado e depois o Conselho
327 cobrou providências da Prefeitura em relação ao pagamento do valor. Ressaltou que o exemplo era o
328 mesmo do que estava acontecendo naquele momento e significava que os serviços previstos para a
329 população iriam sofrer um atraso no seu cronograma e certamente conseqüências do ponto de vista
330 da regularização. Finalizou dizendo que gostaria de deixar registrado esta preocupação e o que esta
331 não votação significaria para o cotidiano do atendimento destas pessoas nos convênio da Secretaria.
332 O conselheiro Dilson José de Oliveira solicitou que os conselheiros fossem mais objetivos para que
333 haja avanços nas discussões das plenárias e que a Mesa fosse mais enfática para finalizar um
334 assunto e colocar para votação. Sandra explicou que muitos conselheiros não se sentiam
335 esclarecidos para votar, por isso o Conselho extrapolou no exercício democrático da fala. Disse que
336 era um desafio garantir a objetividade diante de assuntos tão complexos a serem tratados. O
337 conselheiro José Gomes de Azevedo sugeriu que fosse criado um termo de compromisso para o
338 conselheiro responsabilizando-o em ficar até o final das plenárias, a não ser por motivo justificado.
339 Considera, também, importante marcar o teto de início e fim da plenária para que todos se
340 programem com antecedência. Em seguida, Sandra informou que havia uma proposta do Conselho
341 discutir as duas mensagens e o comunicado em reunião da Mesa Diretora junto com a Comissão de
342 Financiamento. Léa pediu autorização para que a plenária delegasse esse encaminhamento a essa
343 reunião ampliada para fazer a análise das mensagens e do comunicado e os encaminhamentos da
344 Conferência. Sandra sugeriu também uma plenária extraordinária. Os conselheiros decidiram pela
345 plenária extraordinária. Léa solicitou que na plenária extraordinária a pauta fosse apenas as
346 mensagens, o comunicado e a Conferência, os outros assuntos ficariam para a plenária
347 extraordinária. Sandra encerrou a plenária agradecendo a presença dos novos conselheiros e
348 lembrou que a capacitação para os novos conselheiros acontecerá antes da posse, embora saiba que
349 as capacitações também acontecem nas plenárias. Nada mais havendo, eu Léa Lúcia Cecílio Braga,
350 1ª Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social, lavro e assino a presente ata. Belo
351 Horizonte, 14 de março de 2007.